

NOTAS SOBRE AS AÇÕES AFIRMATIVAS: REGISTROS DE UM EVENTO POLIFÔNICO

BRUNO GUILHERMANO FERNANDES¹

UFRGS

A segunda parte do seminário sobre as ações afirmativas promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, realizada no turno da tarde do dia 9 de novembro de 2015, promoveu a apresentação de experiências que alavancaram o debate sobre as políticas de acesso, inclusão e de permanência em diferentes instituições de ensino no Brasil.

A mesa de debates, composta por homens e mulheres (brancos, indígenas e negros), foi mediada pelo professor doutor Emerson Giumbelli, reunindo em sua programação seis diferentes intervenções de protagonistas vinculados a universidades distintas, sendo duas destas contribuições viabilizadas pelo uso do programa *Skype*.

Com base no acompanhamento e na observação dessa mesa de debates, os registros a seguir foram produzidos, considerando os detalhes e as singularidades de cada participante, e gerando também, através da escrita, uma objetividade de suas enunciações, exercício que também desafia o fazer antropológico.

Antonella Tassinari (professora, UFSC)

Após a apresentação do nome e instituição vinculada a cada um dos seis interlocutores, o mediador concedeu o espaço de fala para a primeira

¹ Curso de Ciências Sociais, Núcleo de Antropologia e Cidadania – NACi/UFRGS. E-mail: brunoguilhermano@gmail.com.

contribuição da tarde. Antonella Tassinari, professora do departamento de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), foi sistemática, porém sensível, ao direcionar as suas exposições em três partes. Considerando diferentes narrativas de estudantes indígenas, abordou o histórico de implantação das políticas afirmativas em sua universidade, o funcionamento de programas e editais públicos de seleção e determinados desafios e considerações com os quais se deparou através de sua atuação na Comissão de Acompanhamento de Ações Afirmativas da UFSC.

Antonella, influenciada por sua trajetória de estudos na Etnologia Indígena, deu início as suas colocações acentuando a sua predisposição para comentar e escutar experiências sobre a temática do seminário. No entanto, através de seu discurso, demonstrou-se reflexiva em sua prática e diante das intencionalidades do evento. Inicialmente, levantou o seguinte questionamento sobre a relação das políticas afirmativas com os estudantes indígenas: “será que a gente está contribuindo pra uma ultima estratégia de dominação, ou para uma autonomia da educação indígena?”. A professora e antropóloga, experiente na questão, afirmou que as ações afirmativas não necessariamente geram processos estáveis, tornando evidente algumas de suas preocupações no que se refere à inserção dos indígenas na universidade.

Ao iniciar a primeira das três partes de sua conferência, teceu uma abordagem sobre o histórico de implantação dessas ações na UFSC, ponderando que a efetivação da Comissão de Ações Afirmativas foi a sua fase inicial e mais rápida. A seleção para o ingresso da pós-graduação promoveu uma ação direcionada para candidatos indígenas no mestrado e no doutorado, no intuito de se implantar um processo seletivo diferenciado seguindo modelos da graduação. Para ela, na UFSC, uma das bases para essa seleção especial foi o curso de Licenciatura Intercultural Indígena, implementado desde 2011, que proporcionou experiências as quais puderam ser sincronizadas com as medidas especiais na seleção.

Na graduação dessa universidade, o processo seletivo especial vem sendo realizado desde 2008, direcionando as cotas para autodeclarados negros. Na pós-graduação, porém, Antonella observava que o “campo de disputa seria mais leve” para a efetivação das cotas, considerando a discussão prévia que se tinha da política na graduação. Com isso, em

2014, o Programa da Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) lança as bases do edital para uma vaga destinada a candidato autodeclarado indígena e uma vaga a candidato autodeclarado negro, sendo previsto que os dois candidatos teriam prioridade de recebimento de bolsas de estudos na turma de 2014. Antes do edital de 2014, a expositora recordou que havia participado em uma reunião do PPGAS, em setembro de 2013, quando ainda acompanhava certas resistências em relação à ampliação da política, apontando que: “Na reunião da pós ainda questionavam, por que cotas só pra indígenas e por que não para afrodescendentes?”. Tal questão teve efeito, como as descrições das duas vagas preconizam. Além dos debates, situou a existência de referências teóricas que fundamentam o seu trabalho na Comissão de Ações Afirmativas, principalmente os que descontroem posições contrárias às ações afirmativas, como em apontamentos generalistas de que são ações paternalistas e que enfraquecem o comprometimento na educação.

No ano de 2014, tem-se o lançamento do primeiro edital de ações afirmativas no PPGAS da UFSC destinando uma vaga para candidato negro e uma vaga para candidato indígena no mestrado. A comissão de seleção apurou o resultado em 60 dias, arrolando no edital a exigência da proficiência em língua estrangeira, porém sem a prova escrita (teórica) como etapa de seleção². Em relação aos editais das ações afirmativas, Antonella enfatizou os termos pertencentes às etapas de seleção, apontando a necessidade do candidato autodeclarado indígena ou negro apresentar registros que justificassem sua escolha, temática de interesse e experiências prévias em pesquisa e ensino. A interlocutora explicou que, nessa primeira seleção, a exigência era de apresentação do projeto, do memorial e de realização de uma entrevista, mensurando que “a avaliação das bancas foi razoável”. Na dimensão dos recursos do programa, porém, tanto na seleção para ingresso em 2014 quanto para em 2015, apontou uma instabilidade na definição das bolsas de pesquisa, relacionando que os candidatos selecionados não possuem o auxílio garantido, mas sim possuem prioridade na definição das bolsas.

² O edital Ações Afirmativas de 2014 do PPGAS/UFSC pode ser acessado em: <<http://ppgas.posgrad.ufsc.br/files/2013/04/Edital-6-PPGAS-2013-Sele%C3%A7%C3%A3o-Mestrado-2014-A%C3%A7%C3%B5es-Afirmativas.pdf>>.

Outro ponto importante levantado por Antonella foi acerca da exigência de domínio de língua estrangeira para a seleção. Em 2013, para ingresso em 2014, a proficiência em inglês era exigida no ato da matrícula. Em 2014, para ingresso em 2015, tal exigência não procedeu, visto que o candidato poderia apresentar a proficiência no ato da matrícula ou ao longo do primeiro ano do curso. No entanto, em 2015, para ingresso em 2016, a proficiência em língua estrangeira, principalmente no inglês, deve ser apresentada no momento da matrícula. Para a interlocutora, isso representou um retrocesso enorme na seleção, visto que diminui as possibilidades de preparação linguística dos candidatos. Não por acaso, a questão de domínio da língua estrangeira foi um dos maiores problemas apresentados pelos demais palestrantes da mesa de debates, ao se referirem sobre os processos seletivos e adaptativos na pós-graduação.

A professora da UFSC ainda direcionou suas contribuições em torno de alguns desafios e considerações de estudantes diante das políticas afirmativas. Objetivamente, avaliou o processo seletivo das ações afirmativas para o mestrado em Antropologia Social bastante positivo em sua instituição, mas garantiu que a questão da língua ainda é um desafio, analisando que algumas sugestões estão sendo levantadas para serem encaminhadas à comissão específica para contornar esse problema. Uma das sugestões é a realização e o acompanhamento dos candidatos e também dos selecionados na tutoria em textos de francês e inglês, o que também ampliaria o contato com outros colegas e a interação linguística, ideia que ainda não foi executada.

Para encerrar a sua contribuição, Antonella se demonstrou sensível ao relato de alguns estudantes indígenas, evidenciando que as ações afirmativas precisam ser dialogicamente implantadas e constantemente avaliadas. Assim, manifestou algumas palavras de uma aluna indígena sobre a sua trajetória na universidade: “Em muitos momentos questionei modos de vida. [...] Hoje noto que alguns professores não conseguem transpor algumas barreiras criadas por suas próprias convicções”. Ainda estranhando a convivência na universidade, a mesma estudante expande a sua insatisfação: “Quando os povos indígenas entram neste espaço com demandas, necessidades e lutas já não somos tão bem-vindos”. Tal relato, em tom de desabafo, anuncia uma reconfiguração na relação entre

brancos e indígenas quando os segundos frequentam os espaços universitários, espaço historicamente destinado aos brancos.

O relato de outra aluna indígena, kaingang, também é mencionado: “Para ingressar na pós precisamos ter domínio do inglês e francês, mas pra nós indígenas o português já é uma língua estrangeira”. Em termos analíticos, a violência simbólica exercida pela universidade pode iniciar nos diálogos semânticos impostos aos indígenas quando incorporados em práticas ocidentalizadas. Outra dimensão também é exposta por Antonella e enunciada pela estudante, que também indica como a sua permanência na pós-graduação pode ser baseada em mecanismos de exclusão simultaneamente: “Me sinto sozinha, sem apoio de ninguém para estudar os textos de outras línguas”. E ainda complementa: “Percebo que desconsideram o conhecimento indígena quando estamos na universidade, diferente de quando estão na aldeia”. Neste contexto, Antonella faz um papel de mediação de enunciações que nos faz pensar sobre os desafios que ganham forma diante dos processos de aplicação das ações afirmativas.

Em suma, a interlocutora, talvez já mediadora, avaliou que baixa autoestima, timidez, adoecimento e solidão são problemas recorrentes entre os estudantes indígenas principalmente. Para lidar com essa situação, uma sugestão levantada pela antropóloga passa pela institucionalização do papel de uma especialista em assuntos indígenas para dar apoio espiritual, afetivo e intelectual aos estudantes, de acordo com as suas etnias.

No término de sua fala, a professora da UFSC considerou que a prioridade da bolsa tem sido fundamental para a permanência dos alunos pelas ações afirmativas. Nesta questão, comentou que, em 2015, o PPGAS/UFSC inovou ao estabelecer prioridade de definição das bolsas por critério socioeconômico, o que atualmente gera conflitos entre os alunos.

O novo cenário apresenta também possibilidades de mudanças de rotina dos sujeitos envolvidos, por exemplo, como na execução de aulas à noite, para se adaptar aos estudantes que precisam trabalhar ou cumprir com outros compromissos durante o dia, o que seria um pequeno exemplo de uma mudança geral. Antonella prevê que as universidades vão ter que começar a se adaptar à nova situação. Assim, antes de encerrar com agradecimentos, em seu discurso ficou em destaque a sua

chamada para que se realizem medidas que promovam uma abertura mais efetiva e menos retórica para a diversidade, reforçando a preocupação de acolhê-la em suas especificidades e não a de findar com ela e sua complexidade.

Larissa Pontes (mestranda, UFSC)

A estudante Larissa Pontes iniciou a sua exposição a partir de uma posição singular no seminário, sendo a única mulher negra presente na mesa de debates. Suas manifestações foram inspiradas numa apresentação que havia realizado recentemente em outro evento, numa mesa também sobre as ações afirmativas no encontro *Jornadas Antropológicas*, do PPGAS/UFSC.

Dando ênfase a noções apropriadas em sua experiência, Larissa analisou como cada trajetória acadêmica e pessoal é singular, preenchida com dilemas e tensões, como discriminações em sala de aula, suscitadas na bagagem e memória de estudantes negros. Diante desta problemática, a estudante não poupa críticas e anuncia a sua percepção pessoal sobre as estruturas e relações com os negros na universidade: “dentro desses contextos, parece que estamos sozinhos”. Porém, nas discussões sobre as ações afirmativas, a jovem pesquisadora demonstrou-se otimista, afirmando que, no debate, “o que fica claro é a ideia de educação como dispositivo de transformação”, agradecendo e lendo o seu texto editado especificamente para o seminário.

Em suas palavras, é possível destacar a análise de que as ações afirmativas, quando discutidas, revelam uma atitude precavida, pois tendem a respeitar a voz dos sujeitos que protagonizam esses processos e, com certa centralidade, privilegiar as discussões sobre o ingresso e a permanência desses sujeitos. A interlocutora, dessa forma, colocou em relevo a sua experiência na UFSC, valorizando o fato de ter recentemente debatido no evento do PPGAS da UFSC com colegas que também compartilham da experiência de serem cotistas ingressantes em 2014 e 2015. Na UFSC, a discussão girou em torno dos processos de acolhimento e algumas de suas contradições no PPGAS dessa universidade.

Em consonância com a ideia de Antonella, Larissa também apresentou a exigência do domínio da língua estrangeira como uma dificuldade a ser refletida na seleção das ações afirmativas, exemplificado com o caso de estudantes indígenas, os quais a distinção começa no próprio português. Para ela, a habilitação em idiomas estrangeiros é uma das barreiras mais graves diante das medidas especiais das ações afirmativas, sendo que a seletividade aumenta no doutorado, pela exigência de domínio de dois idiomas. Nesse sentido, a estudante questionou criticamente a manutenção dessas exigências: “Apesar de esforços e teorias diversas, continuamos colonizados?”.

Não obstante, sobre a relação entre sujeito e objeto, estruturante da epistemologia ocidental dominante, Larissa ressaltou que ainda continuamos a manter o lugar do outro, do que está fora do pensamento cientificista, como subalterno e inferior, ainda que a marca da Antropologia seja a própria retórica sobre a alteridade. Com as mudanças nas sociedades complexas, porém, abordou a existência de ações determinadas que, com efeito, colocam as antropologias contemporâneas em posição de encontro e diálogo com o outro a todo instante, balizando novas formas de produção antropológica.

Citando a antropóloga Mariza Peirano, a estudante argumentou que vivemos em um tempo de *alteridade mínima*. Com isso, enunciou: “Agora, eles e os outros se esbarram nos corredores da universidade. Porém, as assimetrias permanecem em vias de reconfigurações”. Sua percepção aponta para um deslizamento territorial e ideológico em torno da alteridade concebida pela Antropologia, a partir de um processo abrangente de incorporação de novas temáticas e de universos de pesquisa no Brasil e, com isso, de encurtamento de distancias epistemológicas resultantes dessa aproximação.

Paradoxalmente, Larissa continuou questionando sem privilegiar uma tentativa de resposta a sua questão: “Quais os efeitos desse encontro?”. Pra ela, antes de dar ênfase a essa pergunta, seria importante falar de outro desencontro: a dificuldade de igualdade e justiça social para os negros e as negras no Brasil. Citando dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), argumentou que a presença de negros no mestrado e no doutorado dobrou de 2001 a 2013 no país, porém ainda assim certas dificuldades permaneceram reforçando considerações

clássicas das Ciências Sociais, como se lê em Florestan Fernandes, que coloca em discussão a dificuldade de integração do negro na dita sociedade brasileira.

No término de sua explanação, a estudante apresentou outras abordagens a partir do seu ingresso e permanência na pós-graduação, que lhe possibilitou tecer reflexões sobre como a mulher negra se concentra na práxis antropológica. Nesse cenário, a jovem pesquisadora considera: “Posso exercer um olhar sobre mim. Desconstruir-se e construir-se constantemente”. Essas formulações, em sua concepção, lhe garantiriam um olhar autocentrado e descentrado para compor processos de produção antropológica descolonizados, privilegiando a ação política que desfaça as posições contrárias às ações afirmativas e buscando um olhar antropológico que também descoloniza outros saberes.

Raimundo Nonato Pereira da Silva (professor, UFAM)

O professor e antropólogo da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) Raimundo Nonato Pereira da Silva anunciou a sua formação pela pós-graduação da UFRGS para começar a sua fala no seminário. Como uma “prestação de contas”, Raimundo retornou à universidade gaúcha no intuito de apresentar algumas experiências de sua trajetória acadêmica também vinculada a outras instituições. Nas suas colocações, no entanto, ficou evidente uma identificação pessoal com os povos indígenas da Amazônia Brasileira, sobretudo no Estado do Amazonas e em regiões como o Alto do Rio Negro, rica por sua cartografia linguística e cultural.

Contextualizando o surgimento e a implementação das ações afirmativas na UFAM, Raimundo situou alguns atores que se mobilizaram para a abertura desse cenário. No Amazonas, afirmou que, em 1994, a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) realizou uma série de debates e direcionou à UFAM a demanda para o ingresso de indígenas na graduação. Nesse momento inicial, a reitoria da Universidade recebeu os encaminhamentos e o antropólogo coordenou uma comissão específica para avaliações e ampliação do número de vagas. De imediato, apontou uma instabilidade nos efeitos das ações:

“Alguns cursos receberam bem a ideia, outros negaram, outros só debateram”.

No ano de 1996, um curso presencial com duração de dois anos foi implantado e os estudantes indígenas tiveram a primeira experiência no âmbito da universidade. Dois anos depois, em 1998, uma novidade se manifestou no ingresso de alunos no curso de Ciências Sociais, na habilitação de licenciatura. No campus de São Gabriel da Cachoeira/AM, quase 80% dos estudantes que ingressaram e cursaram Ciências Sociais se autodeclaravam indígenas, com certo domínio da língua portuguesa. Naquela época, 76,4% da população do município era autodeclarada indígena. Em 2001, os ingressantes concluíram o curso, ampliando os dados sobre a formação de indígenas no ensino superior.

Na recuperação breve da historicidade das políticas, outra ação mereceu destaque: o surgimento, no ano de 2006, do curso de Gestão em Etnodesenvolvimento, como especialização na pós-graduação da UFAM. Nessa proposta, paralelamente à realização do curso, através da Fundação Ford, bolsas foram garantidas para os estudantes indígenas, o que marcou positivamente esse projeto de formação. No entanto, Raimundo Nonato não deixa de considerar certas inquietações que possui diante do apoio das instituições e organizações para esses projetos. Refletindo certos aspectos estruturais, ponderou: “Vemos que o que interessa pra instituição são os números”. Frente a essas “estruturas estruturantes”, ainda indagou: “Assim, como podemos lidar com essas estruturas?”.

No curso de Gestão em Etnodesenvolvimento, o antropólogo expôs que uma das medidas mais importantes foi a presença de tutores para os estudantes indígenas, que se situavam como pessoas que faziam o diálogo entre as subjetividades e as “estruturas estruturantes” existentes. Por vezes, o programa de tutoria exigia certas “qualificações” por parte de quem exercia tamanho desafio: “Não bastava ser um tutor, mas tinha também que dominar a linguagem do estudante”, o que evidenciava o papel crucial da comunicação nesse processo de mediação. Em última instância, Nonato estimula a interpretação de que o apoio da tutoria ultrapassava o exercício de um apoio linguístico, semântico e teórico, já que um tutor, por vezes, era visto “como um psicólogo também”.

O professor não deixou de ser realista em suas visões, anunciando que, para uma região com 77 povos indígenas distintos, o acesso às vagas na UFAM ainda é mínimo. Depois da primeira experiência da formação de Gestão em Etnodesenvolvimento, outra edição do curso foi criada, direcionada a pardos, negros e indígenas principalmente. Nesse caso, Raimundo citou o caso de uma moça que realizou a sua desclassificação posteriormente ao momento da matrícula, justificando que ela não tinha certeza em como se autoidentificar, o que também exemplifica a forma como a dimensão étnico-racial é desestabilizada ou reafirmada diante de determinadas exigências institucionais.

Em relação à Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da UFAM, programa com nove anos de atividade e que reúne atualmente seis professores que trabalham com Etnologia Indígena especificamente, Raimundo mencionou que as ações afirmativas foram efetivadas no ano de 2011. Porém, desde o ano de 2009, estudantes indígenas já haviam ingressado no PPGAS. Nas seleções, uma fase caracterizou a viabilidade das medidas especiais: a fase de pré-seleção. Nesse momento prévio, algumas condições materiais foram proporcionadas pelo apoio da Fundação Ford aos indígenas, no intuito de se prepararem para a seleção no PPGAS. Diante disso, o antropólogo ressaltou: “As condições materiais, pela Fundação Ford, eram mais valorizadas que a bolsa” – colocando em destaque a importância do apoio institucional antes dos exames e seleção para ingresso no programa.

Já no ano de 2011, porém, dois estudantes ingressaram sem apoio institucional. No total, Raimundo evidenciou que 360 alunos e alunas indígenas já se formaram em diferentes programas de pós-graduação da UFAM. Seu argumento foi fundamentado na ideia de que “os números são importantes para pensar o acesso e a permanência”, sugerindo que uma quantificação e também que constantes avaliações sejam dimensões presentes na implementação das ações afirmativas nas universidades brasileiras. Raimundo Nonato intensifica a valorização do ingresso de estudantes indígenas no ensino superior ao reforçar que essa inclusão está relacionada com um processo de formação de pessoas e empoderamento das comunidades. Nesse sentido, para ele, é importante questionar: “O que formamos? Como formamos e para que vamos formar?” – tecendo abordagens reflexivas sobre os efeitos das políticas

de inserção de ameríndios diante das estruturas institucionais mais enrijecidas das universidades.

No ano de 2015, o conferencista afirmou que oito candidatos fizeram a prova de seleção vinculada às ações afirmativas no PPGAS. Desde o início dessas medidas, doze etnias do Amazonas e duas de Roraima participaram dos processos seletivos, com destaque para um público oriundo da região do Alto Rio Negro. Para tanto, o antropólogo expôs a importância de algumas considerações. O ingresso de estudantes indígenas no ensino superior pressupõe o estabelecimento de vínculos entre o estudante e a universidade, bem como a sua permanência também está ligada com a continuidade de seus vínculos com a comunidade. Nonato é objetivo em relação a esse fato: “A relação entre indígenas e seu território na região é muito forte. Precisamos avaliar qual o impacto disso para a formação do estudante”. A dimensão dos vínculos, portanto, não pode ser desconsiderada, sobretudo quando estudantes indígenas carregam em sua trajetória acadêmica compromissos particulares com a sua comunidade de origem.

Para tanto, a mobilidade de estudantes indígenas é algo necessário e crucial para a qualificação das ações afirmativas: “A mobilidade é extremamente importante para ver a relação do aluno com a sua comunidade”, garantindo que o estudante não se afaste de seus familiares. Porém, essa reaproximação pode ter também outras implicações, na medida em que a própria comunidade pode suspeitar de outra estrutura de poder se aproximando e se consolidando em seu interior.

Raimundo Nonato garantiu a necessidade de uma avaliação contínua dos programas existentes e das políticas especiais implantadas em suas considerações. Sua perspectiva longitudinal amplia a visão da importância do debate: “Uma ação desta tem que ser pensada em termos de quinze anos e não simplesmente em quatro ou cinco anos”. Assim, caberia aos agentes institucionais a realização de uma discussão constante e de uma observação e “descrição densa”, como sugere Clifford Geertz, desses vários cenários que se apresentam nas instituições.

Por fim, o antropólogo provoca com uma questão que balanceia certas bases da lógica tradicional existentes na epistemologia ocidental: “Como instrumentalizar o conhecimento para ampliar o conhecimento

tradicional?”. Essa questão qualifica a sua enunciação, fundamentada pela valorização das formas pelas quais os saberes antropológicos podem ser afetados e influenciados pelos saberes tradicionais, porém também como os primeiros potencializam os segundos, sem excluí-los por essa intensa aproximação gerada pelas ações afirmativas e pelas mudanças no mundo contemporâneo.

Willian Luiz da Conceição (mestrando, UFSC)

Willian Luiz, mestrando do PPGAS da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), projetou depoimentos que potencializaram a sua análise pessoal sobre a trajetória de negros, homens e mulheres, nas universidades brasileiras. Em consonância com termos apresentados por sua colega Larissa Pontes, Willian promoveu a sua exposição também com base em um trabalho que apresentou no evento *Jornadas Antropológicas* da UFSC, que ocorreu em outubro de 2015.

Contextualizando o cenário das políticas no programa da UFSC, o jovem pesquisador reforçou que desde 2013, para ingresso em 2014, o PPGAS/UFSC institui a reserva de vagas para autodeclarados negros e indígenas. Priorizando a seleção para o mestrado num primeiro momento e num segundo também para o doutorado, anunciou que as medidas executadas demonstram-se ter certa afinidade com as políticas nacionais, que engendraram as ações afirmativas também para combater a discriminação histórica e racismo nas instituições públicas.

Para o estudante de Antropologia, podem ser mensuradas duas maneiras pelas quais se inscrevem as políticas: na dimensão pessoal, onde as trajetórias se combinam com acontecimentos ou processos de singularização; e na dimensão mais macro, onde estatísticas são elaboradas para gerir e intervir em populações e, consequentemente, ampliar e modificar os discursos institucionais em torno das ações afirmativas. Ainda assim, em seu ponto de vista, as ações afirmativas emergem enquanto medidas insatisfatórias para promover o acesso real de grupos sociais historicamente excluídos das universidades, porém são concebidas como fundamentais diante desse quadro.

Willian anunciou que os desafios começam a ser lançados: “O PPGAS da UFSC é o único a ter políticas afirmativas na Universidade”, reafirmando a percepção de que o acesso a diferentes setores e formações da instituição de ensino ainda são restritos. No programa mencionado, explicitou que o que se coloca em discussão, atualmente, é a ampliação do número de vagas destinado aos candidatos autodeclarados negros ou indígenas, o que pode enfrentar certas barreiras, principalmente em períodos de instabilidade financeira no país. Em 2015, porém, o mesmo número de vagas foi mantido. Para Willian, que discursivamente alia a sua formação com o engajamento político em torno das ações afirmativas, seria pertinente que a vaga fosse mantida, mas que se efetivasse a ampliação para reafirmar a posição do PPGAS em torno dessa medida. O jovem pesquisador, porém, não deixa de se posicionar, buscando “contribuir para a fragmentação do caráter elitista e racista na pós-graduação brasileira”. Tal posição, sugeriu, afetaria na própria produção de conhecimento, bem como nas diferentes formas de perceber as ações institucionais mais amplas.

Dados foram colocados como parte do argumento do estudante para qualificar a sua enunciação. Novamente se aproximando a números apresentados também por sua colega Larissa Pontes, Willian reafirmou que do ano de 2001 até o ano 2013 ocorreu um aumento do número de estudantes negros na pós-graduação brasileira, passando, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de aproximadamente seis mil para dezoito mil pessoas. No entanto, mesmo com essa ampliação significativa, enunciou que a qualificação da pós-graduação é intrínseca à ampliação de vagas, recursos e à qualificação da graduação. Em seus apontamentos sobre certas quantificações, trouxe, ainda, que a sua universidade tem problemas em gerir os dados e analisar a trajetória de permanência dos estudantes, bem como em compreender os efeitos da formação no mercado de trabalho. Nesse tópico, o pesquisador reiterou a relevância de análises e quantificações para possíveis avaliações e aprimoramentos das medidas especiais relacionadas.

Trazendo as suas percepções sobre as dimensões simbólicas dos mecanismos de reprodução e modificação da realidade social que vivencia, Willian avaliou que “esse tipo de política tem um grande poder de promover mudanças pessoais no ambiente do sujeito que a acessa”,

demarcando a existência de efeitos micropolíticos concretos das ações afirmativas. Em seu caso, relatou que inaugura a formação da primeira geração de sua família que pode pensar na possibilidade de realizar a continuidade de estudos e acessar determinadas titulações, como a um doutorado. Para ele, o momento atual de efetivação das ações afirmativas “exprime uma conquista de direitos, que podem incentivar a autoestima e a confiança das futuras gerações na universidade”.

Simultaneamente, o jovem pesquisador colocou-se comprometido e discursivamente assumiu a responsabilidade diante de tal posição, reconhecendo que a política de cotas reflete o reconhecimento das barreiras sociais e raciais que marcam setores distintos da sociedade brasileira, como na manutenção da existência de diferentes mecanismos e processos de exclusão que cristalizaram o racismo institucional em espaços públicos de ensino no país. Diante de uma história perversa para a população negra, a atualização de certas críticas se manifestou como alicerce de sua narratividade sobre as ações afirmativas.

Potencializando a sua construção argumentativa a favor da ampliação e qualificação das ações afirmativas, Willian elaborou uma questão que incita a reformulação das bases dos modelos hegemônicos da produção científica nas Ciências Sociais: “Será que essas políticas produzem mudanças epistemológicas, incomodam a produção de conhecimento?”. Tal questão, que, em certo nível, também fez-me levantar outros questionamentos em torno da epistemologia ocidental, baliza a sua afirmação de que “a entrada de indivíduos pelas ações afirmativas pode aproximar a universidade a novas formas de fazer Antropologia”.

Na discussão em torno do fazer antropológico, um novo movimento tende a engendrar problemas e sugerir reformulações nos modos clássicos de compreensão da relação entre sujeito, comumente um pesquisador branco, e objeto, o Outro, ente objetivado pelas análises. Na percepção do estudante, porém, sua experiência se traduz pela ideia de que os sujeitos pesquisadores agora não necessariamente podem reconhecer melhor o terreno de pesquisa, sem querer reforçar essencialismos. Em outros termos, o pesquisador intuiu valorizar alguns efeitos das políticas debatidas, recuperando, assim, a noção de que não se trata do estabelecimento de uma crise na produção antropológica

hegemônica, mas sim de uma virada, fundamentalmente para a composição de novas formas de valorização de uma “nova antropologia nativa”. Tal dimensão abordada oxigena as formas de justificação da etnografia, surgindo enquanto um desafio a ser recuperado, analisado e percebido diante do tempo e do comprometimento daqueles que executam as políticas.

Em outro momento, Willian narrou um acontecimento que, em larga medida, potencializa a sua crítica, quando significado diante do contexto que vivencia. Antes de apresentá-lo, porém, sugeriu a necessidade de estudantes terem responsabilidades com as suas origens étnicas ou sociais. Certo dia, enquanto se preparava para participar de um encontro para o qual havia sido convidado, o pesquisador gentilmente solicitou à organização do evento para contribuir não diretamente na mesa de debates exclusiva para a temática das ações afirmativas, mas sim em outro espaço cujo debate se centralizaria na relação entre sujeito e objeto, oriunda da pesquisa antropológica. Como resposta, o estudante obteve uma notificação negando a sua solicitação, visto que “havia sido convidado exclusivamente para a mesa de ações afirmativas”. A justificativa dos organizadores, contudo, ampliou a ressonância de uma prática que poderia ser equacionada enquanto uma violência simbólica e/ou institucional: “Willian, você foi chamado por ter entrado pela política de cotas e não por méritos teóricos e acadêmicos”. Essa notificação o incentivou a pensar acerca dos espaços destinados a determinados grupos ou indivíduos dentro do âmbito acadêmico.

Tal acontecimento, caracterizado pela manifestação de uma ofensa que não pode ser facilmente traduzida nos termos legais vigentes e que pode ser sentida como uma falta de reconhecimento da identidade do interlocutor e dos seus direitos, poderia ser também equacionada pela definição de *insulto moral* (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2008). Contudo, a interpretação de Willian sobre o ocorrido perpassa a esfera individual e se insere também no quadro institucional e nas estruturas de produção e reprodução de posições sociais na universidade. Com isso, problematiza: “Mesmo com a entrada na universidade, o negro deve estar de acordo com certo lugar que lhe foi destinado. Será que devo falar, em meus trabalhos, só de cotas e ações afirmativas?”. Analiticamente, percebi que a sua indagação demonstra como a discriminação positiva, oriunda das

políticas afirmativas, põe em evidência as limitações das estruturas institucionais, que tendem a perpetuar uma discriminação negativa e o racismo pelo seu próprio modo de funcionamento e de reprodução das hierarquias sociais que fundam dificuldades históricas de incluir igualitariamente diferentes grupos sociais.

Nesse sentido, Willian expressa a sua posição com certa objetividade: “Precisamos lutar contra lugares demarcados”. Na sua concepção, qualificamos as ações afirmativas quando analisamos também o que está por trás daqueles que não se dizem racistas. Objetivamente, a sua insatisfação com um evidente direcionamento do espaço destinado aos negros na universidade é enfatizada: “Estamos falando de vagas ou de lugares marcados? [...] No caso, não tinha problema algum em debater as ações afirmativas, o problema maior são os lugares marcados”.

Por fim, o jovem pesquisador relembra Frantz Fanon, ao ser citado por Homi Bhabha, à luz das reflexões sobre os estudos pós-coloniais, que cita: “Os olhos do homem branco destroem os olhos do homem negro” – reiterando determinados processos históricos de dominação e violência nas relações étnico-raciais que são absorvidos dentro dos espaços institucionais hegemônicos, como a universidade. Assim, em sua avaliação, um dos maiores desafios consiste na elaboração de ações que dissolvam a reprodução e produção de lugares marcados e destinados aos negros no espaço acadêmico, sugerindo que o racismo está internalizado nas práticas institucionais e na ação individual de muitos.

Na discursividade de Willian, diferentes gêneros de enunciação foram mobilizados, potencializando diferentes narrativas produzidas em uma trajetória híbrida. Politizando o debate ainda mais, o pesquisador encerrou a sua fala indagando e reafirmando posições: “Queremos que o negro entre na academia? Se for sim a resposta, ele vai incomodar, mas incomodar estruturalmente”. Em suma, analiso a possibilidade de evidenciar também outro efeito das políticas em discussão: a produção de sujeitos engajados na luta política pela reconfiguração e, até mesmo dissolução, do fracionamento de espaços sociais por marcadores étnico-raciais.

Rosani de Fátima Fernandes (doutoranda, UFPA)

Utilizando o programa virtual *Skype*, sobretudo pela impossibilidade de se deslocar do Norte do Brasil, especificamente do Pará, até o Rio Grande do Sul naquele momento, a doutoranda Rosani de Fátima Fernandes realizou a sua comunicação a partir de elementos de sua trajetória pessoal e acadêmica, históricos institucionais, dificuldades, desafios e sugestões sobre as políticas de inclusão de indígenas no ensino superior. Atualmente, a kaingang realiza a formação de doutorado no Programa de Pós-graduação em Antropologia (PPGA) pela Universidade Federal do Pará (UFPA).

Em sua fala, momentos considerados relevantes de sua vivência acadêmica foram salientados. Rosani fez a sua graduação no curso de Pedagogia em uma universidade particular, ponderando essa formação como “deficitária” e geradora de “dificuldades que lhe obrigaram a estudar mais para a formação na pós-graduação”. Durante o mestrado em Direito na UFPA, foi bolsista da Fundação Ford, de 2008 a 2010, tendo acesso a condições materiais adequadas para a sua permanência na pós-graduação. No ano de 2013, ingressa no doutorado em Antropologia Social como bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), do Ministério da Educação (MEC).

A pesquisadora relatou que a entrada na pós-graduação era também demanda de sua comunidade e também reflete a sua busca por uma “autonomia e protagonismo”. No Estado do Pará, comentou que existe um gargalo no ensino médio da educação diferenciada para estudantes indígenas. Essa afirmação é reforçada com o fato abordado por ela: dos quatro alunos indígenas da pós-graduação em Antropologia da UFPA, nenhum é oriundo das mais de sessenta etnias que habitam o estado. A oferta de vagas para indígenas no ensino superior é algo relativamente recente na UFPA, sendo que apenas em 2010 duas vagas começaram a ser ofertadas na graduação e, em seguida, algumas na pós-graduação, segundo seus relatos.

Essa realidade expressa efeitos que ultrapassam os gargalos institucionais ou de oferta de ensino básico e superior para os povos indígenas do Norte do país. Rosani optou em abordar uma dimensão que intensifica o engajamento de todos e de todas estudantes na execução

das ações afirmativas, comentando que, por vezes, sente-se sozinha na universidade e com dificuldades para interagir com os demais colegas.

Referente ao edital de ingresso ao PPGA, salientou alguns pontos importantes para a reflexão sobre as seleções. Além de apresentar a sua autodeclaração como indígena, a estudante exibiu também um documento comprobatório de uma liderança indígena firmando o compromisso com a sua comunidade. A prova de línguas, curiosamente, não foi exigida pelo edital, pois, dentro do programa, prevalece a identificação de que a língua portuguesa já é uma língua estrangeira para os estudantes indígenas, proporcionando que os testes sejam direcionados pela apresentação de um projeto de pesquisa e em sua defesa diante de uma banca de avaliadores.

Nesse sentido, uma das dificuldades apontadas pela estudante indígena esteve relacionada a algumas deficiências de sua formação superior em uma universidade particular. Alguns elementos do mundo acadêmico, como a publicação de artigos, desenvolvimento de pesquisas, relatórios e produção de propostas, não foram incentivados em sua formação anterior à pós-graduação, o que lhe deixou com ampla dificuldade em construir seus projetos de pesquisa para o mestrado e no doutorado. No mestrado, relatou que algumas condições materiais atrapalharam a sua preparação, como o fato de não ter acesso pleno à internet, ocasionando a construção do seu projeto “à distância” costurado com sugestões de sua antiga orientadora. Antes da seleção, porém, foi contemplada com uma bolsa de apoio do Programa de Pós-Graduação financiada pela Fundação Ford, obtendo a possibilidade de nivelamento técnico e científico nos seis meses que antecederam a seleção e também acesso a um desafio.

Após o ingresso no mestrado, Rosani afirmou ter contado muito mais com iniciativas individuais de apoio do que do próprio Programa de Pós-Graduação em Direito, apontando a necessidade de se institucionalizar medidas prévias à seleção para os estudantes indígenas nos programas. Em suas palavras e perspectiva indígena: “As políticas afirmativas devem começar muito antes do nosso ingresso”, reforçando a necessidade de ampliação do período de execução das medidas. Outra dificuldade apresentada pela estudante esteve relacionada à dependência crucial da bolsa de estudos que estudantes indígenas podem manter. Na

sua trajetória, Rosani mencionou ter ficado seis meses sem receber o recurso da bolsa, o que não lhe proporcionava condições materiais de se manter no curso. Contudo, nesse período contou com o apoio de sua família e comunidade, o que possivelmente gerou uma reversão de apoio econômico: “A bolsa não só mantém o estudante, mas, muitas vezes, também mantém alguns de seus familiares”. Aqui, há uma demanda fundamental de bolsas específicas para estudantes indígenas, recursos que satisfaçam as suas necessidades. Além disso, o trabalho e formação distanciada da comunidade também é outro problema relacionado, discutido como mobilidade indígena.

Ao ingressar no curso de doutorado em Antropologia Social, a pesquisadora reverteu algumas de suas concepções prévias a essa área de estudos: “Nós, indígenas, de certa forma, alimentamos uma relação romântica com os antropólogos. [...] Quando a gente entra no curso de Antropologia, a gente vê que essa visão não é isso tudo que a gente imagina. Nos deparamos com profissionais que estão muito presos à imagem clássica da Antropologia”. Suas colocações expressam o alargamento das percepções em torno das noções reducionistas, que possuem dificuldade de perceber e aceitar a presença de indígenas atuando em sociedades complexas e gerando modificações na Antropologia.

Com efeito, diante do âmbito universitário, percebe continuamente que “há uma certa dúvida quando se assume que é indígena”. Rosani salientou que o grande desafio para a Antropologia, atualmente, talvez esteja na análise dos efeitos da presença indígena na cidade e nas relações interétnicas que acarretam a sua incorporação em processos sociais determinados. Fortalecendo a sua legitimidade para tratar desse assunto, a pesquisadora difundiu a sua publicação recente na revista *Espaço Ameríndio*, mencionando ter produzido um artigo que reflete sobre a relação entre as lutas políticas e a presença indígena na academia, tema intrinsecamente analisado pelos demais debatedores indígenas.

Para Rosani, a realidade impõe uma mudança na realização de pesquisas: “A pesquisa não deve ser sobre as comunidades, mas com a comunidade”. Essa afirmação se traduz na percepção de que os trabalhos acadêmicos, em larga medida, são visualizados como requisitos para a

formação individual, mas não necessariamente atendem às expectativas da comunidade ou grupos sociais estudados.

Na pós-graduação, a visão colonial em torno dos estudantes indígenas ainda prevalece e a universidade, por vezes, reproduz a homogeneização da diversidade. Em reação a isso, problematizou: “Nós, indígenas, precisamos compartilhar mais sobre as nossas vivências na pós-graduação? Como fazer isso? Como construir redes para isso?”. A pesquisadora manifestou algumas insatisfações e, para concluir a sua contribuição, sugeriu a ampliação dos espaços de enunciação e de participação política dos estudantes indígenas, citando como exemplo a elaboração de editais de seleção, processo ainda reservado a servidores da instituição que nem sempre conhecem as realidades dos estudantes. Assim, apontou: “A universidade brasileira ainda considera o indígena como alienígena nos seus corredores, como se o seu lugar fosse somente na aldeia”. Criticamente, encerrou a sua comunicação. Rosani não pôde estar presente pessoalmente na mesa de debates, mas pelo uso de programas na internet compôs um processo rico de apropriação de ferramentas tecnológicas para defender as causas e pensamentos específicos indígenas a partir de sua inserção na universidade.

Rosilene Fonseca Pereira (mestranda, UFAM)

Autodeclarada como pertencente à etnia Pira-Tapuya do Amazonas, Rosilene Fonseca ingressou no ensino superior através das ações afirmativas no ano de 2005. Na pós-graduação, o seu ingresso “não foi tão simples”, mas contou com o apoio da bolsa e de ações da Fundação Ford. Sua escolha em estudar na Universidade Federal do Amazonas (UFAM) esteve relacionada com a percepção de que nessa instituição visualizava mais indígenas na universidade. Ponderando que no curso de Antropologia teria mais possibilidades de diálogo, a estudante viajou seis meses antes da seleção para a cidade de Manaus/AM e conversou com os coordenadores do programa para solicitar uma bolsa prévia à seleção e levantar outros possíveis apoios.

Nessa experiência, a última expositora da mesa de debates, também via o programa *Skype*, ponderou que seu ingresso na pós-

graduação veio precedido de um acompanhamento, o que avaliou como positivo. Através do programa de pós-graduação, ela e outros candidatos tiveram uma preparação para as provas, nivelamentos na língua portuguesa e puderam estudar autores e referenciais teóricos mobilizados pela prova. Nesse sentido, essa rede prévia à seleção foi analisada: “Isso foi algo muito forte pra gente. Tivemos contato com outros colegas indígenas e criamos um grupo de diálogos com eles”. Tal organização, em sua visão, proporcionou melhores condições para promover a tentativa de ingresso desses estudantes.

No que tange ao edital, Rosilene ressaltou que esse instrumento foi produzido especificamente quando realizou a seleção, o que resultou numa avaliação diferenciada e direcionada aos estudantes indígenas. Ainda assim, comentou que não esperava a aprovação e ingresso no curso de mestrado. De início, algumas barreiras culturais se apresentaram a ela. Em uma atividade do curso, um trabalho reivindicava a análise da perspectiva indígena sobre determinados elementos de suas sociedades. Diante disso, a jovem pesquisadora mencionou ter registrado notas a partir de sua própria experiência e realidade, o que não foi satisfatória para a professora avaliadora: “Vocês têm que ver a partir do conhecimento de vocês, mas vocês têm que ler e articular os autores” – era a orientação dada pela docente para o trabalho de Rosilene. Para a estudante, contudo, isso era algo que gerava confusão. Assim, explicitou: “Num momento tínhamos que falar segundo o conhecimento indígena, no outro com certos autores”. Com isso, passou a perceber como certas configurações são determinantes e exigidas pelo modo de funcionamento da pós-graduação: “Tínhamos que falar do nosso conhecimento segundo alguns autores, era isso, notei que estávamos dentro da academia”.

Rapidamente, expressou que uma das dificuldades estava na apropriação de códigos em torno de formas hegemônicas de produção da pesquisa antropológica, mencionando que, por vezes, o que escrevia não era muito valorizado, principalmente nas aulas de teoria no mestrado. Para a estudante, alguns docentes eram muito críticos; no entanto, não desconsiderava também o “lado” dos professores, não acostumados a lidar com essa situação nem preparados para tamanho desafio. Em suma, salientou que algumas barreiras semânticas estiveram presentes no início da sua formação: “Pra gente ficava difícil no começo, porque era tudo

muito novo, pra nós e nossos professores”, apontando a necessidade de qualificação dos programas para lidar com essas novas realidades.

Questionamentos do público e observações finais dos participantes

Após a contribuição e enunciação de todos os participantes da mesa de debates, o encontro foi destinado a um espaço de comunicação entre eles e os ouvintes. Questionamentos diversos foram realizados e a manifestação de acadêmicos sobre o tema foi possível.

Inicialmente, um estudante da Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFRGS, Jorge Amaro, manifestou-se, agradecendo o debate e se identificando através de vários tópicos levantados durante as exposições. Jorge situou a sua afinidade com o tema para tecer apontamentos sobre como podemos pensar a relação entre ética e pessoas portadoras de deficiência, que até então não haviam sido mencionadas no debate. Por isso, reiterou: “A educação precisa de afeto, pois sem afeto não há acessibilidade”. Emerson Giumbelli, mediador do debate, lhe agradeceu e em seguida lançou uma pergunta acerca da relação de mobilidade dos estudantes indígenas entre comunidades e suas universidades.

Outro questionamento foi colocado pela professora doutora Patrice Schuch. Patrice salientou a percepção em torno da relação entre subjetividades dos estudantes e as estruturas institucionais, analisando, a partir das comunicações anteriores, como as redes informais de sociabilidade superam falhas institucionais. Sua indagação, assim, foi colocada para os estudantes: “Na dimensão dos afetos e da dor, como são as redes informais de acolhimento criadas por vocês? Existem outras experiências que mesclam essa relação entre afetos e subjetividades?”. Ainda, problematizou em relação à fala de Willian: “Como ficam esses lugares marcados na universidade?”.

Outras perguntas foram feitas por Valéria Aydos, doutoranda em Antropologia Social da UFRGS. A pesquisadora enfatizou a importância da fase de pré-seleção, como muitos estudantes, mencionando que, em algumas universidades, disciplinas na pós-graduação podem ser cursadas antes do ingresso, para que o estudante conheça o funcionamento dos cursos. Para os expositores, questionou se as

universidades de cada um oferecia essa possibilidade. Ainda, reforçou o papel da educação e da interdisciplinaridade para o acolhimento de estudantes indígenas, negros e de pessoas com deficiência, perguntando sobre como as diferentes formas de aprender podem ser relacionadas pelas experiências pessoais enunciadas pelos conferencistas. Assim, levantou: “Como podemos lidar com as diferenças?”, reafirmando a noção de que muitos professores que lidam ou lidarão com os estudantes indígenas, negros ou portadores de deficiência, por vezes, não estão atentos às outras formas de aprender.

Em resposta aos questionamentos, Rosilene Pereira foi a primeira a se manifestar. A estudante abordou outras dificuldades de sua trajetória acadêmica, como no acesso às leituras do curso de pós-graduação, valorizou a noção em torno dos vínculos espirituais dos estudantes indígenas com as suas comunidades e a percepção de que esses estudantes também trazem conhecimentos que são importantes para o compartilhamento na academia. Também relatou parte de sua experiência como agente estatal, quando foi contratada como antropóloga para trabalhar em comunidades indígenas no Pará, porém, com certas barreiras e limitações, oriundas diretamente da relação com os gestores públicos. Emerson, mediador, agradeceu a contribuição de Rosilene através do programa *Skype*.

Rosani Fernandes também usou do mesmo programa para prosseguir a discussão. Apresentando um pouco mais de sua trajetória profissional, com trabalhos direcionados a comunidades indígenas, assessorias de organizações e ensino na graduação da Licenciatura Intercultural Indígena da Universidade do Estado do Pará (UEPA), a estudante de doutorado relatou mais de suas dificuldades diante de instrumentais de pesquisa mais comuns para os estudantes indígenas. Como desenvolve seu projeto de pesquisa com um grupo indígena no nordeste do Pará, realiza acolhimentos informais de indígenas em Belém do Pará, tentando institucionalizar o acolhimento também pela UFPA, o que está longe de acontecer. Contudo, diante dessas estratégias, concluiu: “Ainda está muito mesmo do que podemos fazer uns pelos outros”.

Willian Luiz da Conceição, pós-graduando da UFSC, diferenciou o impacto das ações afirmativas na graduação e pós-graduação. Para ele,

na graduação há maior presença de movimentos sociais e coletivos por acesso e permanência estudantil e em torno da luta política por direitos. Na UFSC, desde 2010, foi instituída a disciplina obrigatória de Estudos Afro-Brasileiros, o que qualificou a discussão de certas temáticas no curso de Ciências Sociais. Já na pós-graduação, observou que as ações afirmativas representaram mudanças fundamentais, porém o ambiente acadêmico e as estruturas institucionais permaneceram sem grandes alterações. O que notou, com isso, é “um ambiente de solidão, principalmente entre os estudantes indígenas”. No término de sua análise, apontou que a inclusão passa por um processo de “tentar trazer o outro pro nosso mundo, não apenas ir até o mundo do outro para compreendê-lo melhor diante do nosso”. Ainda pontuou que é preciso debater a dificuldade das línguas e garantir que elas possam ser aprendidas no processo de formação.

Raimundo Nonato, professor da UFAM, acentuou a dimensão do domínio da língua estrangeira em sua resposta. Para ele, a Antropologia precisaria estar em mais diálogo com a linguística e departamentos dos cursos de Letras, para incentivar um processo de reflexão em torno de como o aprendizado de uma determinada língua estrangeira potencializaria a visão de um estudante sobre o mundo e outros povos. Na sua concepção, a inclusão produz o desafio de nos incluirmos no mundo do outro, para incluí-lo de modo simétrico em nosso mundo. Em relação a disciplinas extras, levantada por uma das questões, situou outro ponto: “O detalhe é: como incentivar o aluno a fazer isso?”.

O professor da UFAM, por vezes, interpreta que a Antropologia está em disputas com outros campos de saber, o que pode dificultar os diálogos interdisciplinares em torno do aprendizado e da educação. Acerca da institucionalização das redes de acolhimento, Raimundo colocou-se favorável, já que ultimamente “vivemos muito pelo voluntarismo”. A afetividade nas relações interpessoais precisa estar presente na formação dos estudantes indígenas. Por isso, exemplificou ao trazer o caso dos Yanomami do extremo norte do Amazonas, etnia com indivíduos que não atuam na lógica de passar muito tempo fora da sua comunidade, “ainda mais quando existe uma cobrança”.

Para encerrar as contribuições no debate, Larissa e Antonella, respectivamente estudante e professora da UFSC, agradeceram a

oportunidade, bem como aos demais expositores. Larissa comentou sobre a falta de intelectuais negros e negras sendo citados na universidade, trazendo a autora Lélia Gonzáles como uma referência possível para estudos sobre o racismo no Brasil. Antonella, encerrando, reconheceu a importância dos debates também sobre as pessoas portadoras de deficiência e como a temática debatida no seminário coloca em discussão certas estruturas arcaicas das universidades brasileiras. Posteriormente, Emerson Giumbelli agradeceu e encerrou os debates de mais uma mesa do seminário.

Considerações sobre a mesa de debates: polifonias em ação

Diante das diversas temáticas abordadas na mesa de debates, a dimensão polifônica presente nos registros anteriores proporcionou a identificação de aspectos centrais nas contribuições dos expositores. De modo geral, os participantes apresentaram argumentos e problematizações a partir das suas posições dentro da universidade e de marcadores presentes em suas trajetórias pessoais e acadêmicas.

Antonella Tassinari e Raimundo Nonato, professores de Antropologia em universidades federais, salientaram abordagens institucionais e também mediações intersubjetivas sobre as ações afirmativas nas instituições de ensino que representaram. Ambos abordaram o histórico de implantação das políticas afirmativas em cada uma das suas universidades (UFSC e UFAM), o funcionamento dos programas e dos editais públicos de seleção específicos, limitações estruturais (institucionais), determinados desafios e considerações produzidas em suas experiências, principalmente como docentes de estudantes indígenas.

No entanto, Antonella e Raimundo demonstraram certas preocupações na implantação das medidas especiais na pós-graduação, qualificando a exposição de sua reflexividade diante da relação entre “estruturas estruturantes” e subjetividades dos estudantes. Antonella, por exemplo, não desconsidera que as ações afirmativas não necessariamente geram processos estáveis, expondo também relatos de estudantes indígenas sobre as limitações do ambiente universitário.

Raimundo Nonato, em suas colocações, teceu abordagens reflexivas sobre os efeitos das políticas de inserção de ameríndios: “O que formamos? Como formamos e para que vamos formar?”.

Em relação aos desafios apontados, os dois professores ressaltaram medidas para superar os problemas em torno da exigência de domínio de uma língua estrangeira por parte dos programas de pós-graduação, se aproximando aos apontamentos das estudantes indígenas Rosilene e Rosani, que identificam que o próprio português já seria uma língua estrangeira aos povos indígenas. Uma das sugestões levantadas, com base em experiências de formações anteriores, tanto na UFSC quanto na UFAM, seria a promoção de projetos de tutoria em línguas estrangeiras, como o francês e o inglês, e em apoio teórico para os estudantes indígenas e negros. A presença de tutores nas formações da pós-graduação institucionalizaria uma forma de apoio, mediando o diálogo entre as subjetividades e as “estruturas estruturantes” existentes.

Os docentes e as estudantes indígenas reforçaram a importância de outras questões e desafios: a existência de apoio institucional, financeiro e didático na fase de pré-seleção e preparação, bem como na permanência dos estudantes indígenas; a relevância de recursos que garantam a mobilidade dos estudantes entre universidade e suas comunidades; e a necessidade de uma avaliação contínua dos programas existentes e das políticas especiais implantadas, considerando que uma perspectiva longitudinal das ações amplia as condições de sua avaliação e qualificação. Rosani e Rosilene apresentaram reflexões sobre a necessidade de formação de professores e demais estudantes para o acolhimento e receptividade de estudantes indígenas, argumentando que as políticas afirmativas devem começar muito antes do ingresso e reforçando a necessidade de ampliação do período de execução das medidas.

Em consonância com o processo de inserção de indígenas e negros, as medidas especiais gerariam mudanças significativas nas formas clássicas de produção do conhecimento antropológico. Nesse sentido, também emerge fundamentalmente a necessidade de ampliação dos espaços de enunciação e de participação política dos estudantes, sem desconsiderar algumas barreiras semânticas existentes nas relações

interétnicas para que ocorra a valorização das vozes dos sujeitos que protagonizam esses processos.

Nesse sentido, Larissa Pontes e Willian Luiz singularizaram as suas posições no processo de ingresso, permanência e de ensino na pós-graduação brasileira. Ambos manifestaram narrativas em torno de suas trajetórias, acadêmica e pessoal, preenchida com dilemas e tensões, como discriminações que acabam marcando a bagagem e memória de estudantes negros. Em suas contribuições, demonstraram como a ampliação da presença de negros e negras nas instituições de ensino colocam em evidência as limitações e práticas racializantes das estruturas universitárias.

Na discursividade de Willian e Larissa são valorizadas duas formas de inscrição das políticas, tanto na dimensão pessoal (micro), relacionadas as suas trajetórias, quanto na dimensão estrutural (macro), onde estatísticas e aspectos históricos são mobilizados para ampliar e modificar os discursos institucionais em torno das ações afirmativas. A mobilização política dos estudantes na pós-graduação atualmente está direcionada para a ampliação do número de vagas destinado aos candidatos autodeclarados negros ou indígenas, demonstrando como a formação acadêmica ganha vitalidade ao ser aliada com o engajamento em torno de causas coletivas, incitando também modificações nas bases dos modelos hegemônicos da produção científica nas Ciências Sociais e valorizando a composição de novas formas de produção antropológica a partir de saberes não ocidentais.

Após essas notas, considerações sobre os processos políticos, históricos, científicos e sociais em torno das ações afirmativas foram relacionadas. Por fim, para uma forma de compreensão sobre a busca pelo conhecimento acadêmico e pela valorização de outros saberes nas universidades brasileiras, Gersem José dos Santos Luciano, indígena da etnia Baniwa e doutor em Antropologia, elaborou uma frase que potencialmente pode ser associada aos interesses e à luta política de estudantes indígenas, negros e negras, e pessoas portadoras de deficiência para o ingresso e permanência na graduação e pós-graduação, afirmando que:

O interesse dos povos indígenas pelo ensino superior está relacionado à aspiração coletiva de enfrentar as condições de vida e marginalização, na medida em que veem a educação como uma ferramenta para promover suas próprias propostas de desenvolvimento, por meio do fortalecimento de seus conhecimentos originários e do incremento de suas capacidades de negociação, pressão e intervenção dentro e fora de suas comunidades” (LUCIANO, 2010, p. 8).

À luz de Gersem Baniwa e das vozes dos participantes do debate, lutar contra os lugares destinados e demarcados dentro e fora do âmbito universitário é uma ação fortemente necessária, evidenciando também outro efeito das políticas em discussão: a produção de sujeitos engajados na luta política pela reconfiguração e, até mesmo, dissolução do fracionamento de espaços sociais por marcadores étnico-raciais, e no fortalecimento da valorização dos saberes presentes na vida social dentro e fora da universidade.

Referências bibliográficas

BANIWA, Gersem dos Santos Luciano; HOFFMANN, Maria Barroso; OLIVEIRA, João Cardoso de. *Olhares indígenas contemporâneos*. Brasília, DF: Centro Indígena de Pesquisas, 2010.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís R. Existe violência sem agressão moral?. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 67, 2008, p. 135-146.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Rio de Janeiro: Sindicato nacional dos Editores e Livros, 1983.

Recebido em: 14/11/2015 * Aprovado em: 14/12/2015 * Publicado em: 31/12/2015
